

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE 2015

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram os Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Vítor Prada Pereira, Paulo Jorge Almendra Xavier, Humberto Francisco da Rocha, Cristina da Conceição Ferreira Vidal Figueiredo, André Filipe Morais Pinto Novo e Gilberto José Araújo Baptista, a fim de se realizar a terceira Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal.

Esteve presente a Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier, que secretariou a Reunião; e a Chefe de Unidade de Administração Geral, Branca Flor Cardoso Lopes Ribeiro.

Ainda esteve presente, o Chefe do Gabinete de Apoio, Miguel José Abrunhosa Martins.

Eram catorze horas, quando o Sr. Presidente, declarou aberta a reunião.

ORDEM DO DIA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PONTO 1 – REVISÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL 2015

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta da Segunda Revisão ao Orçamento da Receita, Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa, Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Segunda Revisão ao Plano de Atividades Municipal para o ano de 2015, elaborada pela Divisão de Administração Financeira:

“As revisões ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e ao Plano de Atividades Municipal (PAM) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

No caso em apreço, a presente Revisão tem como propósito a criação de dois novos projetos no Plano de Atividades Municipal (PAM), bem como ajustar, de forma mais realista, o valor do Orçamento Municipal à sua execução (dando cumprimento ao princípio do rigor orçamental) registando-se uma

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25.09.2015

diminuição global da Receita (inerente à sua não arrecadação, tal como inicialmente previsto, dado que com o arranque do novo quadro comunitário de apoio comunitário as operações de financiamento ainda se encontram em fase de submissão e/ou de avaliação por parte dos diferentes programas operacionais) e uma diminuição global da Despesa (devido ao facto das contratualizações de empreitadas e aquisição de bens de imobilizado terem sido efetuadas por valores inferiores aos expectáveis e por haver uma dilatação no prazo na sua realização e, conseqüentemente, menor despesa a executar durante o ano de 2015).

A proposta agora apresentada, de Revisão, tem por base:

1. Na ótica da Receita,

a. A diminuição, no valor de 2 807 400,00 euros, da previsão da rubrica 10030701 - Transferências de Capital – Estado – Participação Comunitária em Projetos cofinanciados – FEDER, nomeadamente no que diz respeito às seguintes operações:

Operação	Valor
Remodelação do Parque de Campismo Municipal	330.050,00€
Requalificação do Espaço Público Av. João da Cruz	28.000,00€
Reanimar as Muralhas e Captações	55.300,00€
Criação de Gabinete Técnico de Apoio ao Empreendedor (Arquitetura, Engenharia, Economia ou Gestão, Ação Social, Animação Sócio-Cultural)	63.000,00€
Arranjos exteriores Convento de São Francisco - Ordem Terceira Franciscana	34.300,00€
Domus Universitária - Residência Universitária	256.000,00€
Criação do Museu Ferroviário	123.000,00€
Requalificação Paisagística das Margens do Rio Fervença	63.000,00€
Recuperação das Antigas Instalações da Biblioteca Calouste Gulbenkian	63.000,00€
Praça Camões com Utilização Permanente	20.300,00€
Requalificação do Jardim José de Almeida - Centro de Artesanato	20.300,00€
Reforço da Rede Ciclavel na Área ARU e Criação de Ciclovias Naturais e Históricas	28.000,00€
Iluminação LED em toda a ARU (inclui Parques de Estacionamento)	105.000,00€

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25.09.2015

Mobilidade Inteligente + Sustentabilidade no Transporte Público	235.000,00€
Implementação da ALE e 2.ª Fase da Zona Industrial (OT 6)	851.150,00€
Melhoria da Eficiência Energética nos Bairros Sociais	98.000,00€
Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano	434.000,00€
Total	2.807.400,00€

2. Na ótica da Despesa,

a. Plano de Atividades Municipal (PAM):

i. O reforço, no montante de 24 900,00 euros, da dotação da rubrica 0102/08050104 associada ao projeto do PAM n.º 11/2010 – Apoio à modernização administrativa (Associações de Municípios);

ii. A inscrição de um novo projeto no PAM (n.º 8/2015) com a designação “Apoio à Construção da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Bragança”, rubrica 0102/080702, com o montante de 100 000,00 euros;

iii. A inscrição de um novo projeto no PAM (n.º 7/2015) com a designação “Apoio à Instalação de Iluminação LED na área do concelho (Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana)”, rubrica 0102/08050104, com o montante de 70 000,00 euros;

iv. O reforço, no montante de 99 500,00 euros, da dotação da rubrica 0103/090802 associada ao projeto do PAM n.º 5/2015 – Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia EcoPark - Reforço do Fundo Social;

b. Plano Plurianual de Investimentos (PPI):

i. A diminuição, no montante de 175 000,00 euros, da dotação da rubrica 0302/07010602 associada ao projeto do PPI n.º 20/2015 – Mobilidade Inteligente + Sustentabilidade no Transporte Público;

ii. A diminuição, no montante de 34 000,00 euros, da dotação da rubrica 0102/07011002 associada ao projeto do PPI n.º 35/2010 – Aquisição de Equipamento Ligeiro e Pesado para Proteção Civil;

iii. A diminuição, no montante de 78 500,00 euros, da dotação da rubrica 0102/07010203 associada ao projeto do PPI n.º 2/2003 – Conservação de Fogos dos Bairros de Habitação Social da Mãe d’Água e Coxa;

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25.09.2015

iv. A diminuição, no montante de 250 800,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010399 associada ao projeto do PPI n.º 2/2011 – Domus Universitária – Recuperação de Imóveis na Zona Histórica para Residência de Estudantes;

v. A diminuição, no montante de 192 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010301 associada ao projeto do PPI n.º 8/2015 – Recuperação de Edifício para Instalação do Conservatório da Interioridade;

vi. A diminuição, no montante de 76 500,00 euros, da dotação da rubrica 0301/070115 associada ao projeto do PPI n.º 3/2003 – Outros Estudos e Projetos;

vii. A diminuição, no montante de 40 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030301 associada ao projeto do PPI n.º 73/2002 – Requalificação do Espaço Público da Avenida João da Cruz;

viii. A diminuição, no montante de 199 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030301 associada ao projeto do PPI n.º 8/2007 – Repavimentação dos Bairros da Cidade;

ix. A diminuição, no montante de 49 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/070115 associada ao projeto do PPI n.º 4/2015 – Recuperação das Muralhas e Acesso à Cidadela;

x. A diminuição, no montante de 40 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030301 associada ao projeto do PPI n.º 7/2015 – Arranjos Exteriores do Convento de Sãp. Francisco – Ordem Terceira Franciscana;

xi. A diminuição, no montante de 20 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010301 associada ao projeto do PPI n.º 13/2015 – Praça Camões com Utilização Permanente;

xii. A diminuição, no montante de 20 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010301 associada ao projeto do PPI n.º 14/2015 – Requalificação do Jardim António José de Almeida – Centro de Artesanato;

xiii. A diminuição, no montante de 40 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030301 associada ao projeto do PPI n.º 15/2015 – Reforço da Rede Ciclavel na Área ARU e Criação de Ciclovias Naturais e Históricas;

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25.09.2015

xiv. A diminuição, no montante de 90 000,00 euros, da dotação da rubrica 0303/07010499 associada ao projeto do PPI n.º 10/2015 – Requalificação Paisagística das Margens do Rio Fervença;

xv. A diminuição, no montante de 190 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030201 associada ao projeto do PPI n.º 20/2008 – Construção do Núcleo Museológico Ferroviário;

xvi. A diminuição, no montante de 20 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/0703030202 associada ao projeto do PPI n.º 5/2015 – Ampliação da Praça Sul do Teatro Municipal;

xvii. A diminuição, no montante de 90 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010301 associada ao projeto do PPI n.º 11/2015 – Recuperação das Antigas Instalações da Biblioteca Gulbenkian;

xviii. A diminuição, no montante de 35 000,00 euros, da dotação da rubrica 0303/020225 associada ao projeto do PPI n.º 47/2006 – Conservação da Floresta e Matas na área do Município;

xix. A diminuição, no montante de 90 000,00 euros, da dotação da rubrica 0303/07011002 associada ao projeto do PPI n.º 47/2006 – Conservação da Floresta e Matas na área do Município;

xx. A diminuição, no montante de 5 000,00 euros, da dotação da rubrica 0303/070115 associada ao projeto do PPI n.º 47/2006 – Conservação da Floresta e Matas na área do Município;

xxi. A diminuição, no montante de 90 000,00 euros, da dotação da rubrica 0303/07010404 associada ao projeto do PPI n.º 17/2015 – Iluminação LED em toda a ARU (inclui Parques de Estacionamento);

xxii. A diminuição, no montante de 50 000,00 euros, da dotação da rubrica 0303/070115 associada ao projeto do PPI n.º 16/2015 – Plano Racionalização dos Consumos Energéticos (PREN) – Certificação Energética dos Edifícios Municipais e Medidas Corretivas;

xxiii. A diminuição, no montante de 292 600,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010499 associada ao projeto do PPI n.º 19/2010 – Zona Industrial das Cantarias – Fase II;

xxiv. A diminuição, no montante de 134 100,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07030308 associada ao projeto do PPI n.º 24/2010 – Beneficiação

e Pavimentação das Vias Municipais: EM 501 de Aveleda a França, CM 1061 Mós/Valverde/Paredes, EM 524 Grijó de Parada a Carocedo e CM 1046 da EM 524 a Freixedelo;

xxv. A diminuição, no montante de 8 000,00 euros, da dotação da rubrica 0302/020101 associada ao projeto do PPI n.º 26/2010 – Manutenção de Parques de Estacionamento;

xxvi. A diminuição, no montante de 52 500,00 euros, da dotação da rubrica 0302/020225 associada ao projeto do PPI n.º 26/2010 - Manutenção de Parques de Estacionamento;

xxvii. A diminuição, no montante de 150 100,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010301 associada ao projeto do PPI n.º 3/2011 – Adaptação de Edifício a Posto de Turismo e Espaço Memória da Presença Sefardita;

xxviii. A diminuição, no montante de 30 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010301 associada ao projeto do PPI n.º 1/2015 – Instalação do Bragança Welcome Center;

xxix. A diminuição, no montante de 5 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07011002 associada ao projeto do PPI n.º 1/2015 – Instalação do Bragança Welcome Center;

xxx. A diminuição, no montante de 148 600,00 euros, da dotação da rubrica 0401/020101 associada ao projeto do PPI n.º 21/2015 – Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano;

xxxi. A diminuição, no montante de 140 000,00 euros, da dotação da rubrica 0401/020217 associada ao projeto do PPI n.º 21/2015 – Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano;

xxxii. A diminuição, no montante de 176 100,00 euros, da dotação da rubrica 0401/020225 associada ao projeto do PPI n.º 21/2015 – Programa Integrado de Turismo Cultural e Desenvolvimento Urbano;

xxxiii. A diminuição, no montante de 90 000,00 euros, da dotação da rubrica 0301/07010301 associada ao projeto do PPI n.º 6/2015 – Criação de Gabinete Técnico de Apoio ao Empreendedor (Arquitetura, Engenharia, Economia ou Gestão, Ação Social e Animação Sócio Cultural).

Assim, o Orçamento para o ano económico de 2015, teve uma diminuição de 2 807 400,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e

apresenta um valor corrigido de 39 499 900,00 euros. O PPI teve uma diminuição de 3 101 800,00 euros passando a dotação corrigida a ser de 11 120 900,00 euros. O PAM teve um reforço de 294 400,00 euros passando a dotação corrigida a ser de 2 787 600,00 euros.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a sua aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com cinco votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Paulo Xavier, Humberto Rocha, Cristina Figueiredo e Gilberto Baptista e dois votos contra, dos Srs. Vereadores, Vítor Pereira, e André Novo, aprovar a proposta da Segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Segunda Revisão ao Plano de Atividades Municipal para o ano de 2015, bem como submeter à Assembleia Municipal, para deliberação, nos termos propostos.

Declaração de voto dos Srs. Vereadores, Vítor Pereira e André Novo

“Mais uma vez lembramos o que dissemos em sede de orçamento, denunciando na altura o empolamento em alguns milhões de euros, resultante de projetos inscritos sem base de sustentação quanto ao seu financiamento.

Os projetos inscritos na altura com as respetivas deduções orçamentais e agora retiradas, são a prova provada da falta de visão estratégica e do péssimo planeamento para o Concelho.

Não perceber quais são os projetos fundamentais e elegíveis em termos do novo quadro comunitário para o Concelho e não ir de encontro à nova filosofia e orientação estratégica do referido quadro é esbanjar oportunidades que podem não se repetir.

Assim julgamos que o Sr. Presidente devia ter manifestado uma abordagem diferente desta matéria, inscrevendo e candidatando projetos inovadores, credíveis, sustentáveis e supostamente elegíveis para a criação de valor, tecnologia e investigação, capazes de gerar emprego e fomentar o empreendedorismo e a inovação, apoiados com a nossa participação financeira, já que pelos vistos dinheiro não nos falta fazendo fé nos balancetes

que nos são apresentados em todas as reuniões de Câmara, superando quase sempre os 3, 4, 5 e até 7 milhões de euros.

Se assim tivesse acontecido, não nos apresentaria agora, à semelhança do que aconteceu no passado, uma péssima execução orçamental fruto desse mau planeamento, revelando até um desconhecimento das novas linhas orientadoras do novo quadro comunitário.

Esta revisão em baixa, resultado da fraca receita, prova que não temos projetos em execução o que é revelador da necessidade de retirar receita para a execução ficar mais alta. A isto chama-se mascarar a execução.

Se tudo isto fosse politicamente correto, todos os municípios fariam estas revisões fazendo com que executassem praticamente os seus orçamentos a 100%.

Tudo isto já tinha sido por nós desmascarado quando em abril deste ano foi apresentada a primeira revisão orçamental e fizemos a revisão em alta para incorporar o saldo de gerência do ano anterior, o que é bem revelador da inexistência de projetos em execução no Concelho.

Mas o mais caricato é que nesta primeira revisão, nessa altura, alocou capital a estes projetos que agora acaba por retirar colocando a nu a falta de planeamento, estratégia e visão de futuro.

Assim concluímos que temos um executivo PSD que se limita a navegar à vista, apoiando e subsidiando tudo o que possa traduzir-se futuramente em votos para as suas cores mas que, ao mesmo tempo, está a contribuir para o êxodo das pessoas para outros lugares na procura de melhores condições de vida e também para o empobrecimento para os que cá ficam através das altas taxas de impostos praticados pelo Município.

Votamos contra a 2.^a revisão do orçamento ao plano plurianual de investimento e plano de atividades municipal 2015 e votamos a favor o seu envio para a Assembleia Municipal.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Gilberto Baptista

“Apoio a revisão aqui apresentada, por a mesma cumprir rigorosamente com a estratégia deste executivo que se pauta pelo rigor das contas e por atempadamente corrigir aquilo que tem de ser corrigido, pois aquando da apresentação deste orçamento era expectável que no decorrer do presente

exercício a entrada em funcionamento do quadro comunitário se verificasse e como tal, para cumprir com as regras orçamentais, foram abertas as diferentes contas dos projetos agora corrigidos. Sendo este procedimento usual na gestão das contas municipais da maioria dos municípios.

Por último realçamos o facto de sermos das capitais de distrito com as mais baixas taxa de IMI do país e não aplicamos derrama, pelo que, somos um dos concelhos mais competitivos em termos fiscais.”

Declaração de voto do Sr. Vereador, Paulo Xavier

“O executivo demonstra uma vez mais um rigor orçamental, que inclui a transparência e a sinceridade orçamental, que se estende ao respeito por um modelo rigoroso de prestação de contas.

Importante é, assumir no plano intelectual a vontade política, o reconhecimento, sem ambiguidades nem subterfúgios.

Como indicador maior é a capacidade de tesouraria, bem como a capacidade de financiamento que torna o Município de Bragança mais seguro e competitivo na superação dos desafios no futuro próximo.”

Declaração de voto do Sr. Presidente

“A declaração de voto apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista revela uma falta de conhecimento do funcionamento de uma Câmara Municipal e revela, também, uma falta de seriedade política ao fazer afirmações que em nada correspondem à verdade, levando a interpretações absolutamente incorretas que têm apenas o objetivo de lançar a confusão.

Estas palavras dos Srs. Vereadores do Partido Socialista mostram bem a incapacidade de poderem criticar o sucesso que o Executivo atual tem vindo a alcançar na adoção de medidas que tenham por base o bem-estar dos cidadãos do nosso concelho e a definição de uma estratégia de desenvolvimento do concelho que leve a bons resultados, como tem acontecido.”

PONTO 2 - APOIO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASTRELOS E CARRAZEDO

Conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual refere que compete à assembleia municipal, sob proposta câmara municipal, deliberar sobre formas de apoio às

freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, pelo Sr. Presidente da Câmara foi presente, depois de verificados pela Divisão de Administração Financeira, o seguinte pedido:

A União das Freguesias de Castrelos e Carrazedo solicitou um apoio financeiro no valor de 12.170,00 euros, para ampliação do cemitério de Carrazedo.

O presente investimento foi contemplado no Plano e Orçamento Municipal de 2015, nomeadamente no projeto 15/2007 “Apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios” do PAM, estando nesta data com um saldo de cabimento disponível de 72.000,00 euros e os fundos disponíveis ascendem a 4.148.395,46 euros.

Assim, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea j) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se o apoio financeiro, no valor de 12.170,00 euros (Proposta de cabimento n.º 3045/2015), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea j) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Após análise discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o referido apoio, bem como, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

PONTO 3 - ISENÇÃO AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2015/2016

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social:

“Em resposta ao requerimento encaminhamento para o SEAS no dia 04/05/2015 para análise e informação, foi efetuada análise documental e realizou-se atendimento técnico de modo a comprovar a situação de vulnerabilidade e carência económica do agregado familiar em apreço.

Face ao exposto, propomos o deferimento relativamente ao pedido de isenção do pagamento da modalidade de refeição do aluno: Marco Afonso Rodrigues (3.º ano, EB1 das Beatas AE Emídio Garcia).

Em conformidade com a alínea hh) do n.º 1, do artigo 33.º (competências materiais), do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes e atendendo ao facto desta competência não poder ser delegada no respetivo presidente, tal como consta do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, é da competência do órgão Câmara Municipal deliberar sobre os pedidos de apoio solicitado.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

PONTO 4 - REVISÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

“No ano de 2012 foi elaborado e aplicado o Plano de Contingência para Abastecimento de Água a Bragança no seguimento da seca que se fez sentir nesse ano (em anexo).

Face as condições climatéricas que se fizeram sentir ao longo do ano em curso, foi necessária ativação do plano elaborado no ano de 2012. Neste âmbito, verificou-se a necessidade de alteração de alguns pontos do plano, nomeadamente:

- A introdução de um novo cenário com previsões de reversas para 90 dias e respetivas medidas a implementar;
- Atualização de contactos;
- Atualização dos atuais meios para transporte de água potável;
- Atualização das correspondências para as respetivas entidades.”

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

“Questionou o Sr. Presidente sobre os consumos médios de água por habitante nos meios urbano e rural.

Não considera a situação de abastecimento de água tão grave quanto o executivo a apresenta.”

O Sr. Presidente informou o Sr. Vereador que, quanto ao consumo médio de água, prestará a informação em futura reunião de câmara.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25.09.2015

Após análise e discussão, foi deliberado, com seis votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Vítor Pereira, Paulo Xavier, Cristina Figueiredo, André Novo, e Gilberto Baptista e uma abstenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha, aprovar o Plano de Contingência Face à Seca, válido para toda a área deste município, o qual tem por objetivo geral a continuidade do normal abastecimento público de água à população, ficando um exemplar do Plano arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Lida a presente ata, foi a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos e para efeitos consignados nos n.ºs 2 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 26 de maio, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e vai ser assinada pelo Exmo. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias e pela Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Maria Mavilde Gonçalves Xavier.
